



<b>CADERNO</b>	7. GESTÃO DE RISCOS
<b>FICHA</b>	7.2. DA COMPREENSÃO PÚBLICA DO RISCO À EFICÁCIA DA PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O presente documento constitui uma Ficha que é parte integrante de um Caderno temático, de âmbito mais alargado, não podendo, por isso, ser interpretado separadamente.

## **1. INTRODUÇÃO**

Como evidenciam os vários cadernos que compõem o Relatório Intercalar correspondente à Fase I do estudo técnico solicitado ao Instituto Superior de Agronomia, os incêndios florestais decorrem de aspectos inerentes às várias áreas do conhecimento. Por exemplo, entende-se que, entre outros aspectos, para a designada ignição do incêndio, podem concorrer as condições meteorológicas, características do coberto vegetal e as práticas sociais; e que, para a propagação do incêndio, podem concorrer as características morfológicas do terreno, as condições meteorológicas, as características do coberto vegetal, a existência ou não de edificado, o tipo de edificado e também a preparação e a destreza dos actores envolvidos nas operações de pré-supressão e supressão.

O facto de actualmente os incêndios florestais representarem um problema nacional objectivo leva a concluir que muitos dos aspectos acima referidos concorrem decisivamente, quer para a ignição, quer para a propagação do incêndio. Interessa, portanto, determinar quais são os aspectos mais importantes na deflagração dos incêndios, de forma a serem tomadas medidas capazes de inverter o sentido das suas influências.

Reportando-se à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) considerou justamente que a investigação científica, o conhecimento e a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas, bem como a promoção da valorização das áreas protegidas e o acautelamento da conservação do seu património natural, cultural e social, são essenciais.

Nesse sentido, o CNADS salientou o papel fundamental da investigação dirigida para o estudo das variações de longo prazo que afectam o equilíbrio dos ecossistemas, designadamente as decorrentes das alterações climáticas, de acordo com o importante manancial de informação científica que tem sido disponibilizado pelo 2º e 3º Relatórios do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) datados, respectivamente, de 1995 e de 2001. O CNADS sublinhou, igualmente, que o contributo das ciências sociais e humanas,



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

nomeadamente, na vertente dos valores e práticas sócio-económicas, deve ser tido em linha de conta para a conservação da natureza e da biodiversidade. Em acréscimo, o CNADS alertou para a importância dos estudos na área da economia ambiental e ecológica, de modo a poder conferir uma expressão económica à preservação dos serviços prestados pelos ecossistemas, em particular, nas Áreas Protegidas.<sup>1</sup>

A deliberação, em reunião extraordinária do CNADS, de 27 de Setembro de 2000, da criação de um Grupo de Trabalho Especial (GTE), com o objectivo de estudar a problemática da sustentabilidade da Política Florestal Nacional nas suas implicações ambientais, sociais e económicas, representa a objectivação da noção advogada pelo próprio CNADS. Concretamente, de acordo com a deliberação do CNADS, ao GTE sobre Florestas foi cometida a tarefa de aprofundar a análise da política de gestão florestal, nas suas diversas vertentes e implicações, à luz das novas coordenadas emanadas da União Europeia e do Sistema das Nações Unidas, tendo em conta que, quer o sector silvícola, quer a(s) fileira(s) industrial(is) ligada(s) à floresta, representam uma actividade económica e social de grande peso e significado no país, para além da incontornável importância ecológica das florestas.<sup>2</sup>

De entre as conclusões e recomendações decorrentes do exercício desenvolvido pelo CNADS destaca-se a ideia de que a Política Florestal Nacional deve evidenciar o princípio do planeamento integrado e de médio e longo prazos: "O "ciclo" longo da floresta é credor de uma atenção prospectiva alheia a uma lógica de mandatos quadrienais."<sup>3</sup>. Com efeito, trata-se da ideia subjacente à elaboração do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2006 – 2010.

No que ao exercício que agora se inaugura diz respeito, deve considerar-se que o objectivo é contribuir para o aumento da sustentabilidade da Política Florestal Nacional nas suas implicações acima referidas, nomeadamente, através da promoção da informação e conhecimento em matéria de prevenção.

Assim, procede-se de seguida à caracterização do conhecimento actualmente existente em Portugal em matéria de incêndios florestais, em concreto, em torno dos vectores percepção, atitudes e confiança, os quais por se basearem no

---

<sup>1</sup> Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2004), *Pareceres e Reflexões – 2001/2003: Relatório de Actividades 1998-2002*, Edição da Assembleia da República, pág. 162.

<sup>2</sup> Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2004), *op. cit.*, pág. 33/34.

<sup>3</sup> Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2004), *op. cit.*, p. 111.



relacionamento entre o fogo e a sociedade, são considerados essenciais no planeamento preventivo de incêndios florestais<sup>4</sup>.

Uma pesquisa realizada em algumas bibliotecas académicas, no “encalço” de registos bibliográficos afectos ao campo científico das Ciências Sociais e Humanas e, em especial, da área da Sociologia, identificou para além de alguns (muito poucos) registos, sobretudo registos de carácter marcadamente generalista, onde o risco de incêndio florestal se encontra diluído num dilatado conjunto de questões ou riscos ambientais. Exemplos desses registos são as seguintes publicações e relatório de divulgação do Observa: Os Portugueses e o Ambiente (I e II Inquéritos Nacionais às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente) e, mais recentemente, *Novos Riscos, Tecnologia e Ambiente* (Relatório do Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos”)<sup>5</sup>.

A escassez bibliográfica evidenciada pela pesquisa reforça a noção de que Portugal tem assistido a uma produção muito diminuta de bibliografia centrada nos factores socioeconómicos de risco de incêndios florestais. Este facto, ainda que de uma forma algo radicalizada, segue a tendência verificada nos restantes países euro-mediterrânicos: “na bibliografia florestal, não mais do que 2% dos documentos classificados nas revistas científicas fazem referência à questão dos ‘incêndios’ e apenas 0,03% refere as suas causas [maioritariamente sociais] [...] Referências relativas aos ‘incêndios e factores socioeconómicos e culturais’ são extremamente limitadas (Leone, Velez, Lekakis, Pérez Vilariño, *Fires Project*)”<sup>6</sup>.

Não obstante os constrangimentos existentes ao nível da bibliografia especializada, é possível proceder a uma série de considerações úteis no que concerne às representações e atitudes dos portugueses em matéria de risco de incêndios nas florestas nacionais, sendo as mesmas doravante apresentadas.

## **2. PREOCUPAÇÃO COM O RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL**

De acordo com o Relatório do Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos”, “Há riscos cuja carga simbólica, mais do que a sua probabilidade efectiva ou os seus potenciais efeitos, os

<sup>4</sup> Corinne Lampin, Domingo Molina, Pilar Martin e David Caballero (2002), *The Interest of Socio-Economical Sciences in Wildland Fires: a State of the Art*, EUFIRELAB: Euro-Mediterranean Wildland Fire Laboratory a “wall-less” Laboratory for Wildland Fire Sciences and Technologies in the Euro-Mediterranean Region, p. 33.

<sup>5</sup> Para além destes registos bibliográficos foram ainda consultados alguns trabalhos não publicados, nomeadamente, de final de curso.

<sup>6</sup> Corinne Lampin, Domingo Molina, Pilar Martin e David Caballero, *op. cit.*, pág. 33.



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

torna particularmente temidos. Outros riscos merecerão maior atenção dos meios de comunicação social, outros terão relevância para certas populações. Tal ganha especial relevo nas comparações internacionais<sup>7</sup>.

Tomando como referência dados do Eurobarómetro<sup>8</sup> e da Gallup<sup>9</sup>, verifica-se que os problemas ambientais mais preocupantes para o conjunto dos países europeus são o nuclear e os acidentes industriais, enquanto que para Portugal mais de 50% dos respondentes declaram-se preocupados acima de tudo com a contaminação da água da torneira, logo seguido das catástrofes naturais (incluindo os Incêndios florestais) e da poluição do ar e do mar.

Portugal situa-se, aliás, a par de outros países euro-mediterrânicos (Itália e Grécia), entre os que revelam índices mais elevados de preocupação com problemas ambientais<sup>10</sup>. Este facto é explicado, segundo um relatório do Eurobarómetro, nos seguintes termos: "Já há alguns anos que é evidente que o protesto ambiental – originário dos países industrializados do Norte da Europa – chegou, em larga medida, aos países do Sul. A razão para esta situação pode ser imputada ao facto de que, à medida que se industrializaram, os países do Sul viram um acréscimo nos níveis de vida mas, simultaneamente, uma diminuição da sua qualidade de vida (danos no ambiente, etc.)"<sup>11</sup>.

Centrando-nos no Relatório do Inquérito "Os Portugueses e os Novos Riscos", verifica-se, como ilustra o Quadro I, que a seguir ao risco de contaminação da água da torneira, são os incêndios florestais que, à escala nacional e à data do inquérito, mais preocupavam os inquiridos (tendo este inquérito sido realizado antes da vaga de incêndios do Verão de 2003). Por outro lado, se agregarmos as percentagens das respostas preocupante e muito preocupante torna-se possível constatar que o risco à escala nacional que preocupa mais inquiridos é, justamente, o dos incêndios florestais, 96,9%. Já no inquérito de 1997, levado a cabo pelo Observa, se verificara a mesma tendência, o que possibilita afirmar que tem

---

<sup>7</sup> Observa (2004), *Novos Riscos, Tecnologia e Ambiente, Relatório do Inquérito "Os Portugueses e os Novos Riscos"*, pág. 39.

<sup>8</sup> *Eurobarometer 58.0 – the attitudes of Europeans towards the environment, 2002*.

<sup>9</sup> Citados em National Science Foundation (2002), *Science and Engineering Indicators 2002*, cap. 7 "Science and Technology: public attitudes and public understanding".

<sup>10</sup> Para ver as variações dos índices de preocupação existentes segundo a faixa etária e o grau de habilitações académicas, em 1997, veja-se João Ferreira de Almeida (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.

<sup>11</sup> Eurobarometer 58.0 2002, op. cit., 12, citado por Observa, 2004, *idem*.



PLANO NACIONAL  
**Defesa da Floresta  
Contra Incêndios**

existido alguma estabilidade/continuidade, pelo menos nos últimos anos, no que concerne às representações dos portugueses sobre a perigosidade dos incêndios florestais<sup>12</sup>.

**Quadro 1** – Preocupação com riscos que existem em Portugal (%)

	Nada preocupado	Pouco preocupado	Preocupado	Muito preocupado	NS/NR
Terramotos	7,5	28,7	32,1	31,1	0,7
Cheias	4,5	29,4	36,6	29,0	0,5
Incêndios florestais	0,3	2,9	27,7	69,2	
Marés negras	2,0	13,6	40,6	41,7	2,1
Contaminação provocada por resíduos industriais	1,7	6,6	38,1	51,5	2,1
Acidente industrial grave	1,8	13,5	39,5	43,1	2,1
Acidente numa central nuclear num país próximo	2,5	9,0	27,7	57,2	3,7
Contaminação dos alimentos	1,6	4,3	27,9	65,7	0,5
Contaminação da água da torneira	1,6	4,3	18,9	75,2	
Doenças causadas pela poluição do ar	1,3	4,7	32,0	61,9	0,0

N= 702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

À escala local, verifica-se desde logo que, apenas 37% dos inquiridos se mostraram preocupados com a existência de pelo menos um risco no seu local de residência. Este valor percentual reduzido reflecte que uma grande maioria dos inquiridos partilha a noção de que os respectivos locais de residência se encontram isentos dos vários riscos existentes em Portugal Continental.

Todavia, dos inquiridos que se mostraram preocupados com a existência de pelo menos um risco no seu local de residência, 20% assumem-se preocupados com o risco de incêndios

<sup>12</sup> Veja-se João Ferreira de Almeida (Org.), op. cit., 63/64.

florestais, tornando-o assim um dos riscos que mais preocupação tem suscitado nos indivíduos.

A liderar o *ranking* dos riscos que à escala local mais preocupam os inquiridos que consideraram o seu local de residência exposto a pelo menos um tipo de risco encontram-se, contudo, o risco de poluição da água doce e do ar com 29,0% e 24,7%, respectivamente (Figura 2). Uma nota é, porém, necessária para lembrar que, de todos os europeus, são os portugueses que mais frequentemente declaram estar preocupados com a poluição nas cidades e nas localidades.<sup>13</sup>

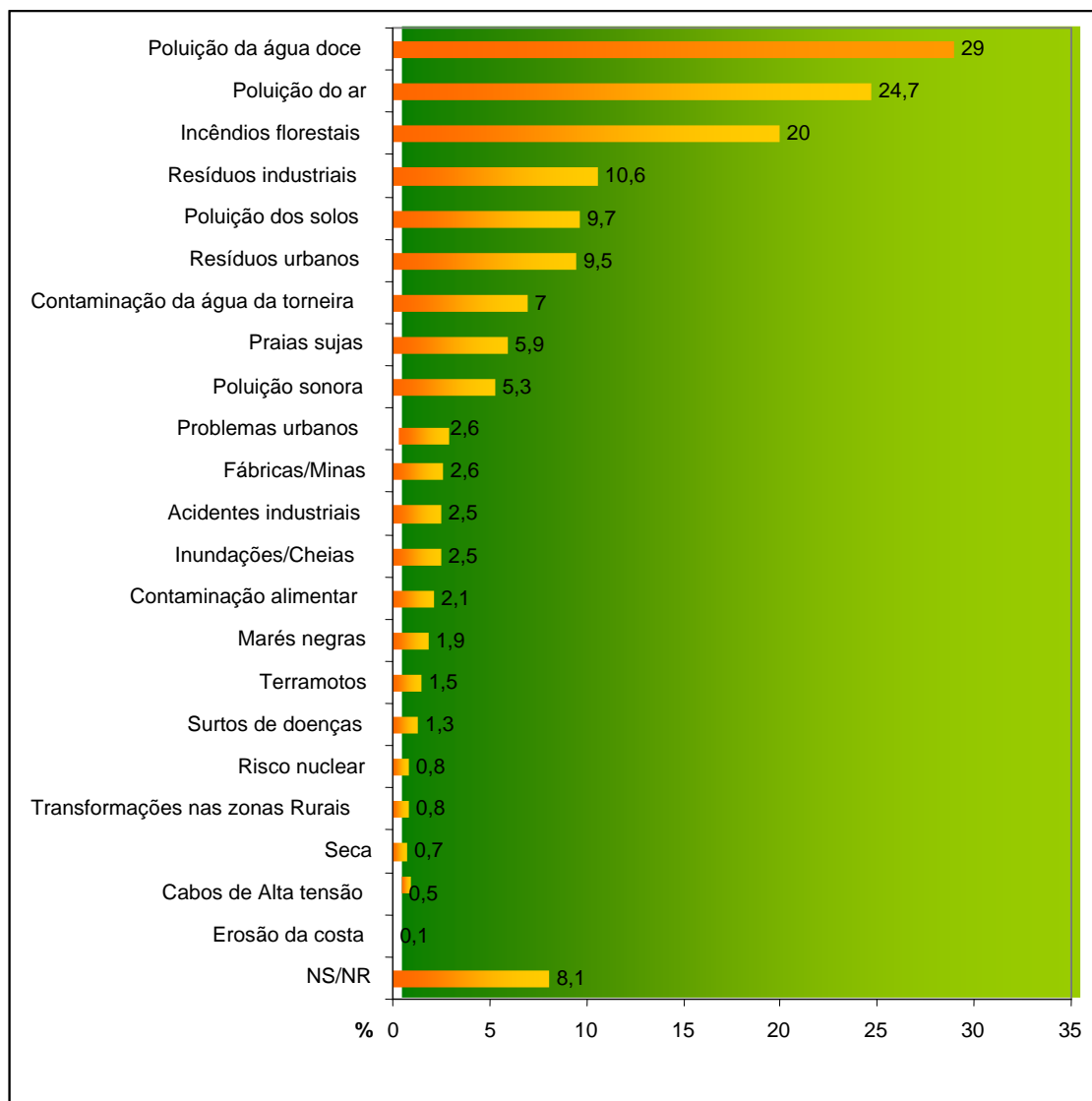
**Figura 1** – Riscos identificados na localidade

---

<sup>13</sup> Eurobarometer, 58.0 – *The Attitudes of Europeans Towards Environment*, 2002, p. 5.



PLANO NACIONAL  
**Defesa da Floresta  
Contra Incêndios**



N=702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

### **3. ATITUDES E COMPORTAMENTOS**

#### **3.1. Procura de informação**

Considerando novamente o Relatório do Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos” pode ler-se que “a democracia requer a participação informada e construtiva dos cidadãos em decisões técnicas. Os cidadãos consumidores podem inclusive bloquear o processo tecnológico pelo boicote a produtos ou indústrias. Estas considerações têm levado a reconhecer que os cidadãos precisam de dispor de mais informação e de capacidade de

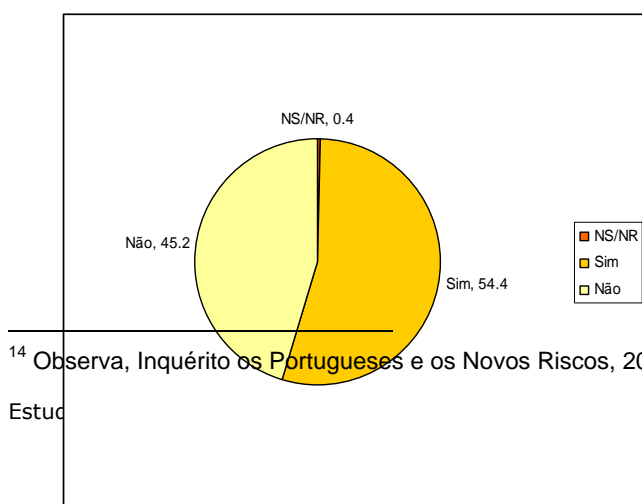


compreender a informação, o que justifica a importância recentemente dada ao tema da compreensão pública da ciência.”<sup>14</sup>

A promoção, pelos decisores políticos, da inteligibilidade do risco passa pela necessidade de comunicar as várias componentes do mesmo à opinião pública, de informar e persuadir, de auscultar o público, de instituir procedimentos que permitam a concertação social e a partilha de responsabilidades entre o Estado e os Cidadãos. Nos países europeus, em matéria de riscos ambientais e de saúde pública, têm vindo a tornar-se comuns as audiências públicas, a disponibilização da informação, os processos de negociação e mediação, a participação de cidadãos em comissões de aconselhamento e as conferências de consenso.

De acordo com o relatório acima referenciado, em Portugal, apesar da obrigatoriedade das audiências públicas integradas nas Avaliações de Impacte Ambiental e da crescente cobertura mediática de problemas e riscos ambientais, apenas 55% dos inquiridos afirmam ter o hábito de procurar informação sobre os riscos que afectam o país ou a sua localidade. Este hábito é mais frequente nos inquiridos que concluíram o ensino superior (76%), nos profissionais liberais ou científico-técnicos (83%) e nos grupos com um rendimento médio-elevado.

**Figura 2** – Hábito de procura de informação sobre riscos



<sup>14</sup> Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003





PLANO NACIONAL  
**Defesa da Floresta  
Contra Incêndios**

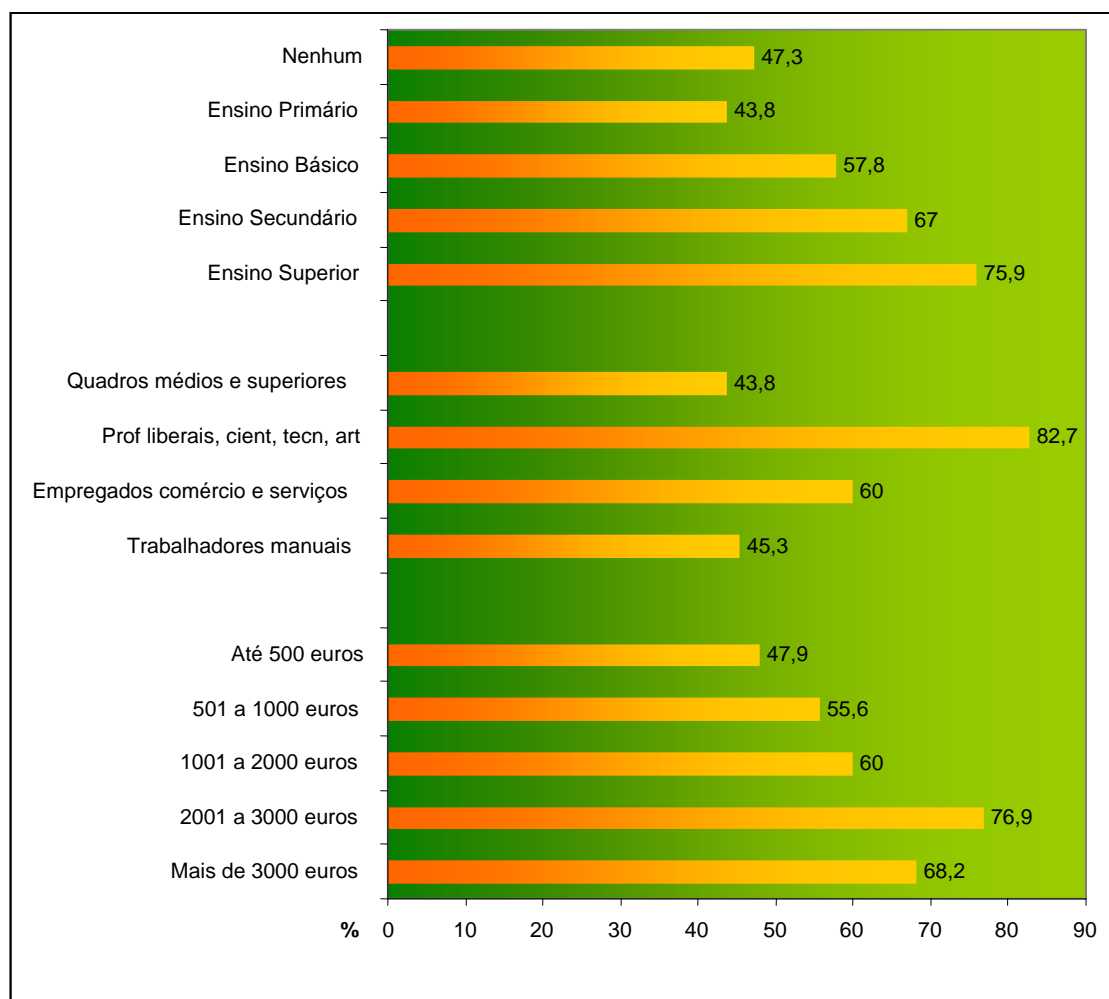
N = 702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

**Figura 3** – Hábito de procurar informações sobre riscos



PLANO NACIONAL  
**Defesa da Floresta  
Contra Incêndios**



N= 702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

Portugal é dos países da Europa em que o índice médio de informação geral sobre questões ambientais é mais baixo, a par de Espanha e França. Conforme o inquérito "Os Portugueses e o Ambiente"<sup>15</sup>, 61% dos inquiridos declararam estar pouco ou nada informados, 34% consideram-se suficientemente informados e apenas 3% afirmaram estar muito informados sobre ambiente. Em contrapartida, e seguindo a mesma tendência dos restantes países da Europa, Portugal regista maiores índices médios de informação em matéria de catástrofes naturais, poluição do ar, clima, problemas urbanos, camada de ozono e ruído.

<sup>15</sup> João Ferreira de Almeida (Org.) (2000), Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, Oeiras, Celta Editora.



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

Conforme o graficamente representado (Figura 6), o veículo de informação sobre riscos ambientais mais frequentemente registado no Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos” são, sem dúvida, os meios de comunicação social e, entre estes a televisão – meio de comunicação social preponderante em Portugal<sup>16</sup>. Tal tem vindo a ser sistematicamente corroborado por todos os estudos nesta área: segundo o Eurobarómetro, as fontes de informação sobre ambiente preferidas pelos europeus são a televisão (81%), seguida dos jornais (52%), filmes e documentários (25%), revistas (21%), rádio (20%) e conversas com família e amigos (14%); nos dados para Portugal a televisão assume uma posição ainda mais destacada (84% dos inquiridos), seguida de mais longe pelos jornais (32%), filmes e documentários (19%) e conversas com família e amigos (14%)<sup>17</sup>. Os responsáveis pelo relatório do Eurobarómetro salientam que as referidas preferências decorrem de factores de ordem cultural, mas é necessário ter-se em consideração outros factores, como por exemplo, os de ordem sócio-demográfica.

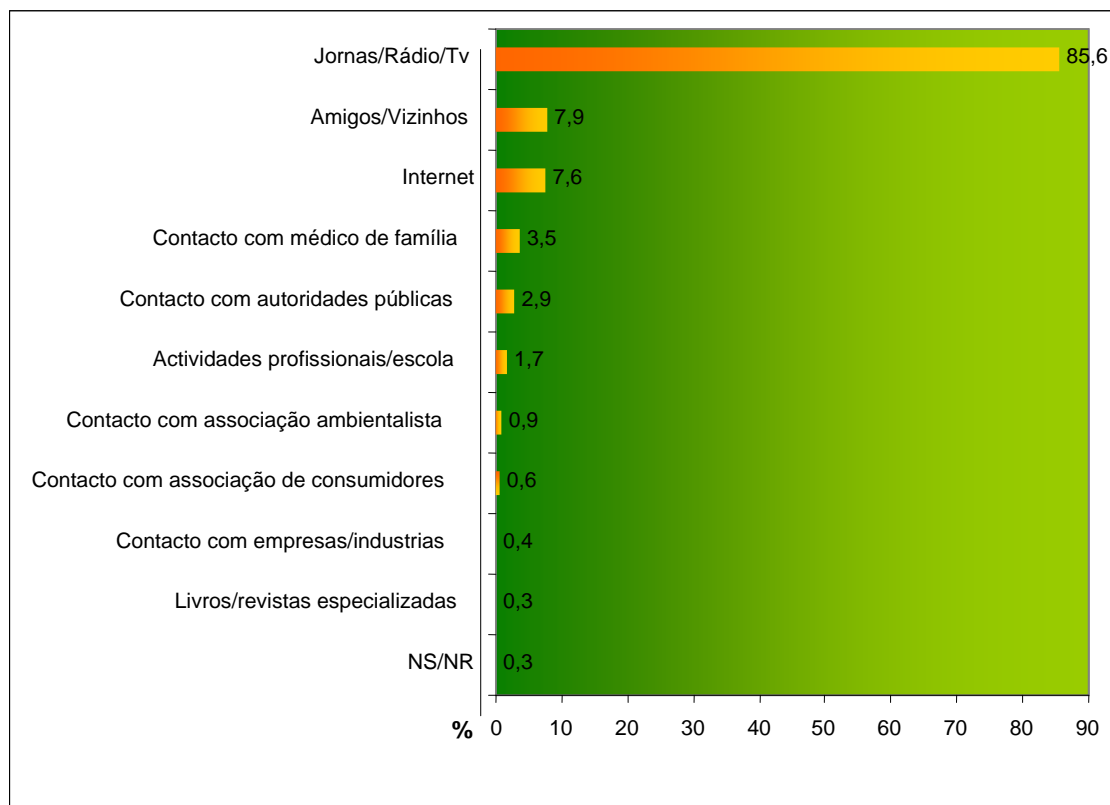
---

<sup>16</sup> Considere-se que as catástrofes mais representadas nos programas televisivos não noticiosos entre 1957 – 1995 são, justamente, as naturais e, de entre estas, cabe a primazia aos incêndios. Para uma abordagem mais detalhada veja-se Luísa Schmidt (2003), *Ambiente no Ecrã: Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*, Imprensa de Ciências Sociais – ICS.

<sup>17</sup> Eurobarometer, op. cit., p. 20.



**Figura 4** – Meios de procura de informação sobre riscos



N= 382

Fonte: Observa, Inquéritos os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

Tal como a equipa de António Firmino da Costa<sup>18</sup> constatou a respeito da procura e recepção de informação sobre a ciência, as práticas “passivas”, em que, “o contacto com a informação científica é proporcionado aos indivíduos sem que estes à partida a busquem necessariamente” – isto é, o acesso à informação pelos meios de comunicação social – são muito mais frequentes do que as práticas “cuja realização implica uma acção deliberada com o objectivo de obter informação”<sup>19</sup>, ou seja, o contacto com profissionais, associações ou autoridades.

No que respeita às variações sociográficas dos meios preferidos para a procura de informação, constata-se que, se o recurso aos *media* é generalista, o contacto com amigos e

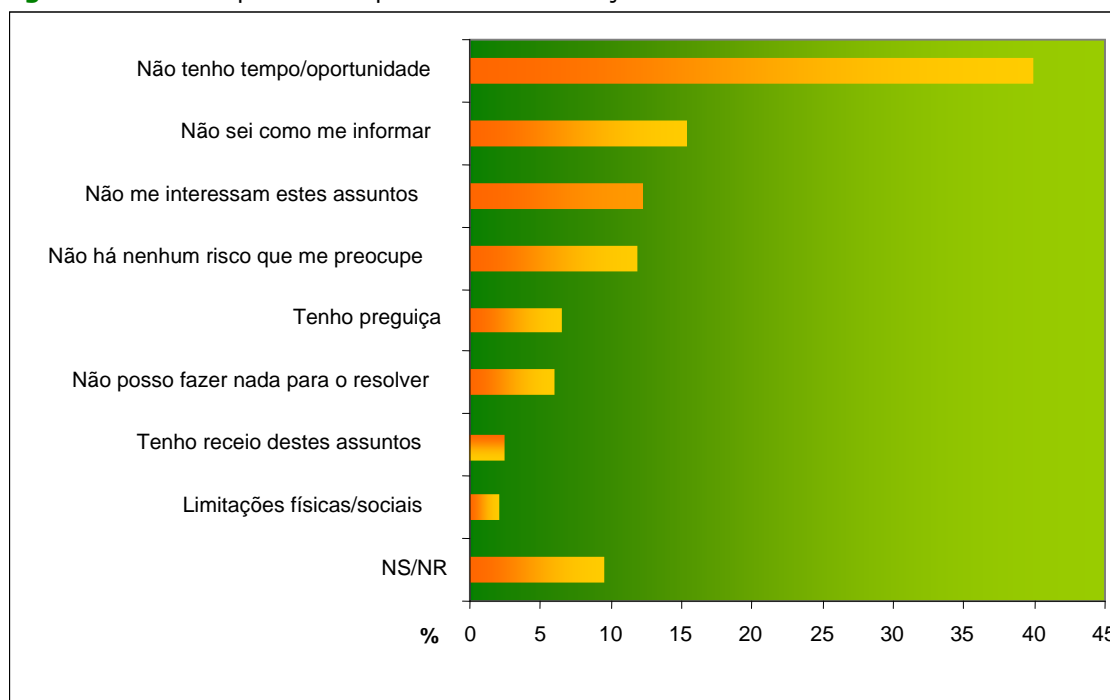
<sup>18</sup> António Firmino da Costa, Patrícia Ávila, Sandra Mateus, referenciados por Observa (2003), *op. cit.*, pág. 50.

<sup>19</sup> António Firmino da Costa, Patrícia Ávila, Sandra Mateus, citados por Observa, *op. cit.*, pág. 51.

vizinhos é mais frequente nas mulheres e nos inactivos (domésticas, desempregados) e que o recurso à Internet é típico dos mais jovens, mais escolarizados e com um rendimento mais elevado.

À fracção da amostra que declarou não ter o hábito de procurar informação sobre riscos ambientais e de saúde pública foram perguntados os motivos (Figura 6). O argumento mais frequentemente invocado é a falta de tempo ou de oportunidade para procurar a informação. Esta é uma razão mobilizada sobretudo pelos mais jovens, pelos que atingiram um nível de escolaridade básico, pelos activos e pelos desempregados. Segue-se-lhe a incapacidade de procurar informação, que está associada à carência de recursos escolares e materiais: é típica dos mais velhos, menos escolarizados, reformados e com um rendimento mais baixo. Em terceiro lugar surge o desinteresse por estes temas e a ausência de um risco em particular que gere preocupação com o que, não surpreendentemente, são razões invocadas pelos inquiridos com índices mais baixos de ansiedade face aos riscos. Outras razões menos invocadas foram a indolência, o sentimento de impotência, o receio ou limitações do próprio (idade, isolamento).

**Figura 5** – Razões para a não procura de informação



N= 317

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos



#### **4. CONFIANÇA**

A percepção e os comportamentos que os indivíduos assumem em relação ao risco são fortemente influenciados pela apreciação que fazem sobre a forma como o risco é avaliado e gerido pelas autoridades. Neste sentido, as questões da confiança e da credibilidade adquirem uma importância central.

As percepções de confiança e credibilidade diferem consoante a fonte de informação (governo, indústria e grupos ambientalistas/de consumidores) e são influenciadas por percepções de conhecimento e capacidade técnica (no que respeita aos peritos), abertura e honestidade (no que respeita às entidades públicas) e preocupação e cuidado (no que respeita às empresas). A confiança do público depende da apreensão do controlo que é feito pelo Estado sobre as empresas e da responsabilidade das empresas em fornecer informação fiável: “as percepções e as respostas públicas ao risco são baseadas racionalmente em julgamentos sobre o comportamento e a fiabilidade das instituições especializadas, nomeadamente aquelas que têm por atribuição controlar os processos que envolvem risco”<sup>20</sup>. Tal envolve julgamentos sobre a qualidade e relevância das instituições sociais e estes, os julgamentos, dependem da avaliação que a população faça a propósito do desempenho por parte dessas instituições. Uma experiência prévia do público de secretismo e ocultação da informação por parte dos cientistas e poderes públicos tende a fazer decrescer a confiança.

##### **4.1 Confiança na informação**

No Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos”, solicitou-se aos inquiridos que fizessem uma avaliação da sua confiança na informação sobre risco fornecida por diversos agentes. Os resultados indicam que são os médicos que granjeiam maior confiança do público, seguidos dos cientistas. As associações ambientalistas ou de consumidores suscitam a confiança de 73% dos inquiridos e os jornalistas de 66%. No que respeita às autoridades políticas, as supra-nacionais (União Europeia) são de longe as que gozam de maior credibilidade<sup>21</sup> (apesar de 18% dos respondentes não terem opinião sobre elas), seguidas das autoridades

---

<sup>20</sup> Wynne referenciado pelo Observa 2003, op. cit: 59.

<sup>21</sup> Também no Eurobarómetro (58.0, 2002 op. cit: 29) se verificou que 33% dos europeus e 35% dos portugueses consideram que as decisões de protecção ambiental devem ser tomadas a nível europeu, 30% dos europeus e 31% dos portugueses a nível governamental nacional.



locais. A administração central e as empresas são os agentes nos quais é depositada menor confiança.

**Quadro 2** – Confiança na informação sobre risco fornecida por %

	Muita confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	NS/NR
<b>Profissionais de saúde/médicos</b>	41,0	46,5	7,9	2,4	2,2
<b>Cientistas/Peritos</b>	27,8	52,3	8,2	4,2	7,6
<b>Associações Ambientais/consumo</b>	23,4	49,2	15,0	3,7	8,7
<b>União Europeia</b>	18,0	46,5	12,9	4,9	17,7
<b>Jornalistas</b>	10,0	56,0	22,3	7,4	4,3
<b>Autarquias locais</b>	6,8	44,9	30,8	13,7	3,7
<b>Estado/governo/autoridades públicas</b>	5,3	35,0	35,0	21,2	3,6
<b>Empresas/indústrias</b>	3,2	29,1	41,3	19,5	6,8

N=702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos

Estes dados são comparáveis com os resultados do Eurobarómetro (58.0, 2002): a nível europeu regista-se uma maior confiança nas associações ambientalistas e nos cientistas e uma menor confiança nas empresas, nos sindicatos e na rádio; para Portugal foram identificados níveis de confiança superiores nas associações ambientalistas e na televisão e inferiores nos sindicatos, rádio e nas empresas. Portugal é dos países europeus com um índice médio de confiança mais baixo, registando-se os níveis mais elevados nos países nórdicos e Holanda.

No inquérito “Os Portugueses e o Ambiente” (Observa 2000), perante um exercício proposto aos inquiridos com o objectivo de analisar alguns elementos da fenomenologia do efeito NIMBY (Not In My Back Yard), perguntou-se-lhes em quem depositavam maior confiança. Assumem uma posição de destaque os cientistas e especialistas (32%), seguidos dos representantes das populações ou de moradores (20%). Os representantes das associações



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

ambientalistas (14%) do Ministério do Ambiente (12%) e das autarquias (9%) obtinham uma posição intermédia e apenas uma percentagem residual dos inquiridos afirmava confiar mais nas empresas e instituições promotoras do projecto (1,3%) e nos partidos políticos (0,4%). No inquérito anterior (Observa 1997), questionava-se o grau de confiança na informação transmitida relativamente às questões ambientais de acordo com as respectivas fontes. Com percentagens que variam entre 76% e 65% e por ordem decrescente dos respectivos valores percentuais, surgem: amigos e família, associações ambientalistas, a televisão e a rádio, os médicos e delegados de saúde e os especialistas ou investigadores e ainda o Ministério do Ambiente. Taxas mais baixas de confiança eram depositadas nas empresas (22%) e nos partidos políticos (26%). As autoridades políticas mereciam a confiança de 40% a 50% dos inquiridos: autarquias (48%), União Europeia (43%) e Governo (41%).

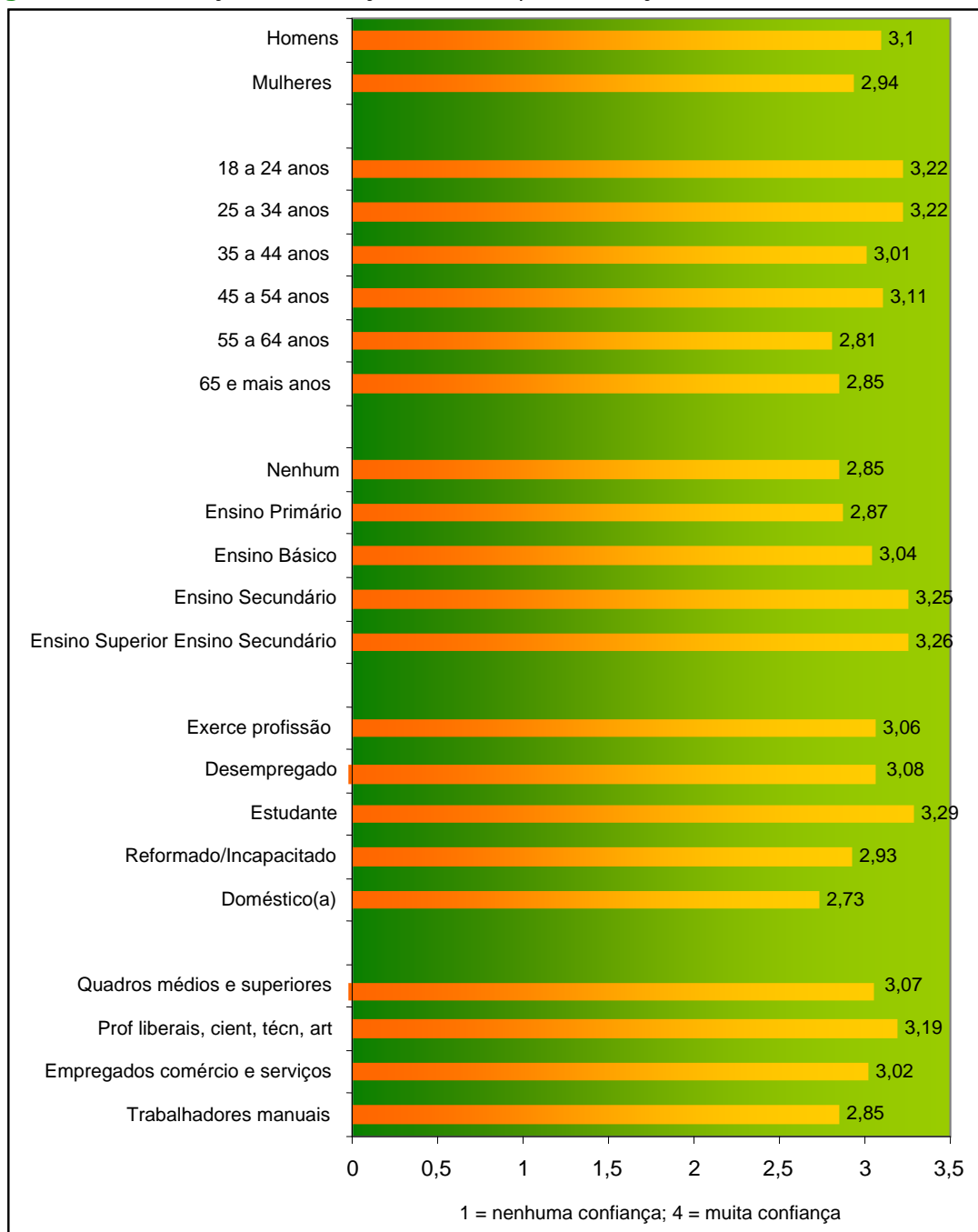
No inquérito às Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP/ICS 2000) requeria-se dos indivíduos que aferissem o seu grau de confiança na exactidão da informação sobre as causas da poluição: 58% afirmam depositar absoluta ou bastante confiança nos centros de investigação/universidades, 49% nos grupos ambientalistas, 37% na rádio e televisão, 29% nos serviços governamentais e na imprensa e apenas 10% nas empresas e indústria.

No que concerne às variações sociográficas, destacam-se aqui as variações registadas quanto à confiança nas associações ambientalistas e de consumo: verifica-se que os níveis de confiança depositados nestas organizações são superiores nos homens, nos mais jovens, nos mais escolarizados, nos estudantes e nos profissionais liberais ou científico-técnicos. Estas tendências reproduzem-se no que respeita à confiança depositada nos restantes agentes.





**Figura 10** – Confiança na informação fornecida por associações ambientalistas/de consumo



N = 640

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003



#### 4.2 Participação na tomada de decisões

Considerando as opiniões do público sobre a importância por ele conferida à consulta a efectuar a cada um dos agentes implicados na tomada de decisões, constata-se, em primeiro lugar, a prevalência do desejo de participação das populações, tanto as directamente afectadas como a população em geral, se bem que também seja reconhecido um lugar de destaque na tomada de decisão aos peritos científicos e às associações de defesa do ambiente e dos consumidores. Mais uma vez, menor relevo é dado às autoridades políticas e às empresas.

**Quadro 3** – Agentes a consultar na tomada de decisões sobre o risco (%)

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
Populações afectadas	62,7	33,1	1,6	0,0	2,6
População em geral	49,8	40,9	5,6	0,0	3,7
Cientistas	47,9	40,1	4,2	2,0	5,7
Associações ambientalistas	46,5	41,4	3,1	0,6	8,3
Associações de consumidores	41,6	44,6	5,0	0,4	8,3
Autarcas locais	32,2	50,5	10,2	2,4	4,6
Empresas	19,2	50,1	20,0	3,8	7,0

N= 702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

Uma tendência idêntica fora identificada no inquérito “Os Portugueses e o Ambiente” (Observa 2000), em que 63% dos inquiridos defenderam o princípio de que todos devem poder participar nos processos decisórios mesmo que o processo não possua implicações directas nas suas vidas pessoais ou no seu quotidiano. Apenas 13% defendem que as decisões devem ser deixadas ao Estado, que tem autoridade e competência para decidir:

a tendência para a passividade participativa demonstrada pelos resultados apresentados e mesmo o deficit de informação e conhecimento sobre ambiente constatado, parecem não inibir a manifestação forte de uma vontade expressamente declarada em participar nas



decisões sobre matéria ambiental. Parece uma contradição ou talvez não. Os portugueses admitem não participar ou confiar que alguém decida por eles, mas parecem exigir que lhes seja inequivocamente assegurado o direito à participação...<sup>22</sup>.

No mesmo inquérito, tendo sido perguntado quem deveria estar representado nas comissões de acompanhamento da instalação de infra-estruturas de gestão ambiental, 81% das respostas vão para o Ministério do Ambiente e 80% para os cientistas e especialistas. Mais de 75% das respostas incidem nas associações ambientalistas, nas autarquias e nos representantes das populações ou comissões de moradores; 68% incidem na participação das empresas e instituições promotoras do projecto e 63% nas associações locais. Apenas 33% do total das respostas apontam para os partidos políticos.

Em matéria de risco, o sistema político tende a recorrer primordialmente ao aconselhamento técnico-científico na tomada de decisões. Tem-se reconhecido, no entanto, que a complexidade inerente à ciência pode pôr em causa o papel do cidadão no processo democrático da tomada de decisão. Todavia, a controvérsia científica poderá proporcionar uma oportunidade de re-democratização, ao abrir espaço à participação dos cidadãos:

No caso dos conflitos de risco, os políticos não podem depender apenas dos peritos científicos. Isto deve-se, ao facto, de existirem sempre afirmações e pontos de vista conflituais e concorrentes provenientes de uma variedade de actores e de grupos afectados que definem os riscos de forma muito diferente. [...] Os peritos apenas podem fornecer informação factual, mais ou menos incerta, sobre probabilidades mas nunca respondem à questão da aceitação social do risco. Se os políticos apenas implementassem o aconselhamento científico, ficariam aprisionados aos erros, ao estilo e incertezas do conhecimento científico.<sup>23</sup>

O recente declínio da confiança pública na infalibilidade e neutralidade dos peritos contribui para o aumento da reivindicação de participação nas decisões por parte dos cidadãos. As controvérsias científicas que têm vindo a tornar-se conhecidas na esfera pública reduzem os níveis de confiança pública e conduzem ao questionamento da capacidade das instituições

---

<sup>22</sup> João Ferreira de Almeida citado por Observa, *op. cit.*, pág. 64/65.

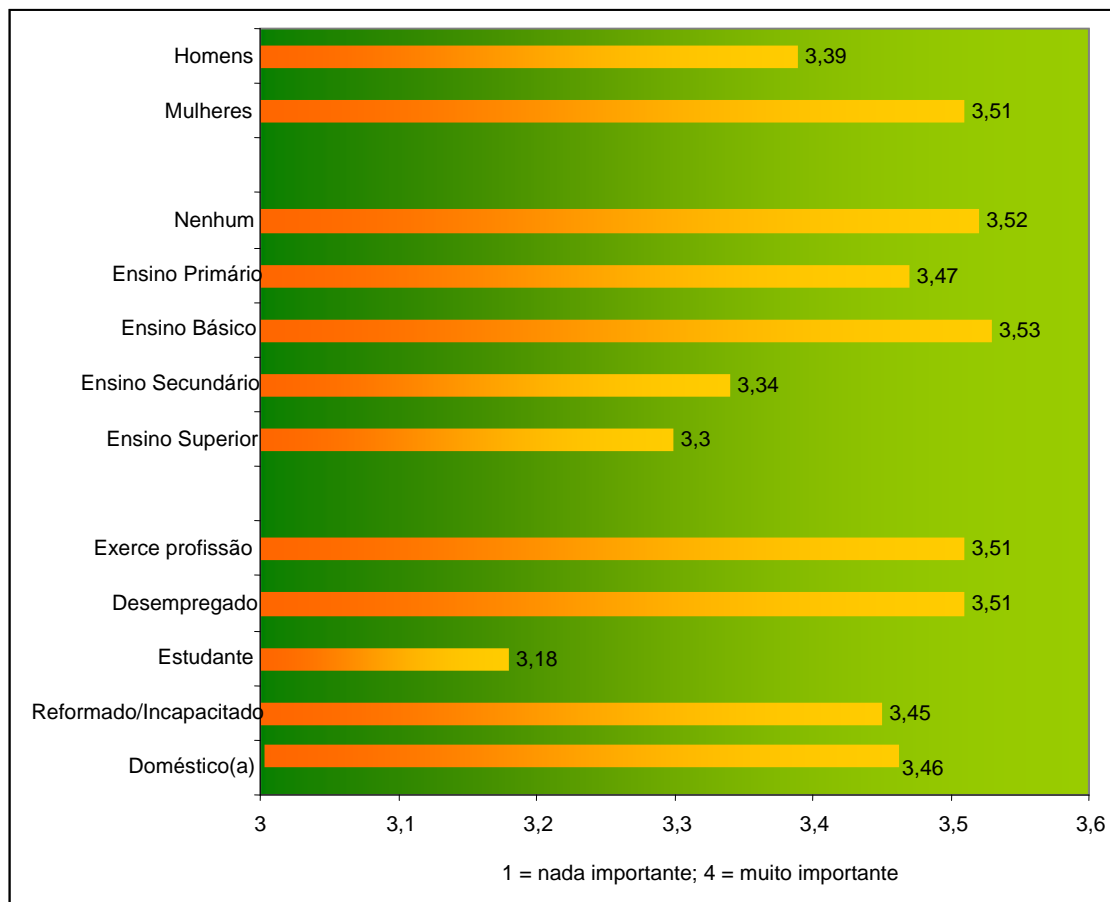
<sup>23</sup> Ulrich Beck (1998), "Politics of Risk Society" in Franklin, Jane (ed), *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press, pp. 13, 14.



representativas servirem os interesses públicos, ao questionamento da concentração da autoridade sobre a tecnologia em burocracias responsáveis pela mudança tecnológica e, ainda, ao questionamento da importância conferida à competência técnica enquanto base de legitimidade da tomada de decisões. Garantir a participação dos cidadãos nos processos de decisão em matéria de risco contribui para aumentar a eficácia e a legitimidade das decisões.

Considerando as variações sócio-demográficas na importância conferida à consulta dos diferentes agentes, a constatação central é a quase ausência dessas variações: é detectável um acentuado consenso social em torno desta questão. Todavia, são detectáveis algumas diferenças na importância atribuída à participação da população em geral: os que atingem níveis de escolaridade mais elevados e os estudantes consideram-na menos importante (estes são de todos os inquiridos os que conferem maior confiança e relevância à ciência).

**Figura 11** – Importância da consulta à população em geral na tomada de decisão sobre o risco.



N = 676

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

Todavia, a atitude em relação à perícia técnica está patente nas respostas à questão relativa à acção das autoridades face a uma actividade ou produto sobre o qual não se tem a certeza que represente um risco: 53% dos inquiridos afirmam que se devem pedir mais estudos e entretanto proibir essa actividade ou produto. É dominante uma atitude de precaução: um quarto dos inquiridos acha que se deveria simplesmente proibir a actividade ou produto e apenas 10% admitem autorizar a actividade ou produto, com mais estudos (7%) ou não (3%); 13% dos inquiridos não emitiram qualquer opinião. Como esperado, a atitude de proibição imediata, é mais frequente nos mais velhos, menos escolarizados, reformados, com níveis de rendimento mais baixos. O recurso a mais estudos é defendido maioritariamente pelos mais jovens e pelos que concluíram o ensino superior ou são estudantes.

### **4.3 Confiança na ciência em matéria de risco**

A ciência desempenha um papel fundamental nas questões de risco, enquanto instrumento de respectiva avaliação e suporte à decisão. As atitudes da população perante a ciência condicionam fortemente o modo como esta percebe e age perante os riscos.

No domínio dos riscos, a ciência tem tido um papel paradoxal: se, por um lado, os avanços científicos e tecnológicos são em parte responsáveis pela criação de novos riscos, por outro lado, a ciência é ela própria instrumento essencial na identificação, avaliação e resolução dos riscos.

No inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos” solicitou-se aos inquiridos que exprimissem o seu grau de concordância com um conjunto de preposições relativas à relação entre ciência e riscos.

**Quadro 4** – Opiniões sobre ciência e risco (%)

	Concorda Totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmen te	NS/N R
O desenvolvimento científico e tecnológico é responsável pelo aumento dos riscos	12,3	49,5	16,5	4,2	17,5
O processo científico não compensa o aumento dos riscos	7,1	35,8	34,0	4,9	18,2
Os cientistas vão conseguir descobrir soluções para os riscos causados pelo progresso tecnológico	8,6	52,2	16,9	3,9	18,3
Os benefícios da ciência são maiores que os riscos ou efeitos negativos que provoca	8,1	47,0	18,3	2,1	24,5

N= 702

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos

Verifica-se que as posições favoráveis à ciência (55% das respostas consideram que os benefícios da ciência são maiores que os riscos que esta provoca e 61% que a ciência conseguirá resolver os riscos tecnológicos) são apenas ligeiramente superiores às desfavoráveis: 62% das respostas situam-se na asserção de que a ciência e a tecnologia são responsáveis pelo aumento dos riscos, 43% situam-se na asserção de que o progresso científico não compensa os riscos. Estes dados parecem entrar em contradição com os valores atrás referidos sobre a confiança na informação fornecida pelos cientistas (80% dos inquiridos têm muita ou alguma confiança) e na importância da participação dos cientistas nas tomadas de decisão sobre risco (88% consideram muito importante ou importante).

Esta ambivalência face à ciência tem vindo a ser detectada noutros trabalhos. Segundo o inquérito às Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP/ICS 2000), 49% dos inquiridos consideram que a ciência moderna resolverá os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida; 35% concordam com a afirmação de que não precisamos de estar preocupados com os problemas ambientais, sendo apenas necessário alterar um pouco o nosso estilo de vida; 35% concordam com a afirmação de que não precisamos de estar



preocupados com os problemas ambientais porque a C&T serão capazes de os resolver. De acordo com o estudo "Os Portugueses e o Ambiente" (Observa 2000), se 29% da população acredita que se deve estimular o progresso da ciência e da técnica, pois dele depende a resolução dos problemas ambientais actuais, 24% dos inquiridos pronunciam-se a favor de se impedirem os desenvolvimentos da ciência e da técnica que acarretem problemas para o ambiente e 23% a favor de se limitar a utilização da ciência e da técnica para impedir efeitos negativos sobre o ambiente. No mesmo estudo realizado em 1997, apenas 10% dos inquiridos consideram que o progresso da ciência e da técnica irá resolver os problemas ambientais; para 35% a ciência e a técnica são tanto fonte de problemas como fonte de soluções para o ambiente.

Os resultados dos inquéritos à cultura científica efectuados em Portugal permitem, por outro lado, um exercício comparativo com resultados obtidos em inquéritos congéneres realizados na Europa e nos Estados Unidos, no que respeita às atitudes face à ciência.

#### **Quadro 5** – Opiniões sobre a ciência em Portugal, na Europa e nos Estados Unidos

(concordo totalmente ou concordo)

	Portugal*		Europa**	EUA***
	1966	2000	2001	2001
<b>Os benefícios da ciência são maiores do que quaisquer efeitos negativos</b>	58%	59%	50%	72%
<b>As consequências negativas do desenvolvimento científico e tecnológico serão sempre neutralizadas por novas invenções</b>	40%	51%	49%	
<b>Graças ao processo científico e tecnológico, os recursos naturais nunca se esgotarão</b>	33%	38%	21%	
<b>A C&amp;T tornam as nossas vidas mais saudáveis, mais fáceis e permitem-nos viver com mais conforto</b>	70%	82%	71%	86%
<b>A investigação científica e tecnológica não desempenha um papel importante na protecção e reconstituição do meio ambiente.</b>	40%	39%	28%	

Fontes: \* - OCT 1996 – 2000; \*\* - Eurobarómetro; \*\*\* - NSF, 2000, op. cit.



Constata-se que as atitudes favoráveis à ciência têm vindo a crescer em Portugal e que estas atitudes tendem a ser ligeiramente superiores à média europeia, se bem que ainda a grande distância do optimismo e confiança registados nos Estados Unidos.

Na análise dos resultados do inquérito à cultura científica dos portugueses de 1996, P. Ávila, A. Paula Gravito e J. Vala detectaram uma ambivalência nas atitudes perante a ciência (crenças positivas e negativas coexistem nos mesmos respondentes), que é mais acentuada entre os que possuem um elevado grau de conhecimentos científicos e que expressam preocupações ambientais e consciência cívica<sup>24</sup>.

A mesma ambivalência é detectável em inquéritos mais recentes para o caso português, como são o caso o inquérito às Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP/ICS, 2000) ou o estudo sobre públicos da ciência. Segundo P. Castro “quanto mais as pessoas desconfiam da ciência (acreditam que recorreremos demasiado a ela e que ela causa mais prejuízos do que benefícios), tanto mais acreditam também que será a ciência a resolver os problemas ambientais<sup>25</sup>. Esta constatação está igualmente presente no estudo de A. Firmino da Costa, P. Ávila e S. Mateus (2002): “nas sociedades actuais, as pessoas podem partilhar, em simultâneo, atitudes positivas e negativas face à ciência. Estas atitudes positivas e negativas não se situam em pólos simétricos de um mesmo eixo avaliativo e disposicional, mas em eixos diferentes, complementares”<sup>26</sup>.

A partir do Inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos”, construiu-se um índice de confiança na ciência.

---

<sup>24</sup> Patrícia Ávila, Ana Paula Gravito e Jorge Vala (2000), citados por Observa, *op. cit.*

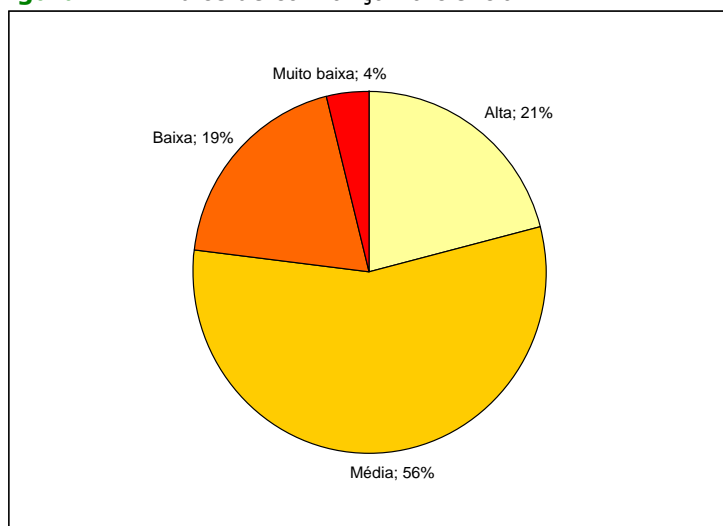
<sup>25</sup> Paula Castro (2002) referenciada por Observa, *idem.*

<sup>26</sup> Costa e tal (2002), referido em Observa (2003).





**Figura 12** – Índice de confiança na ciência



N= 686

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos

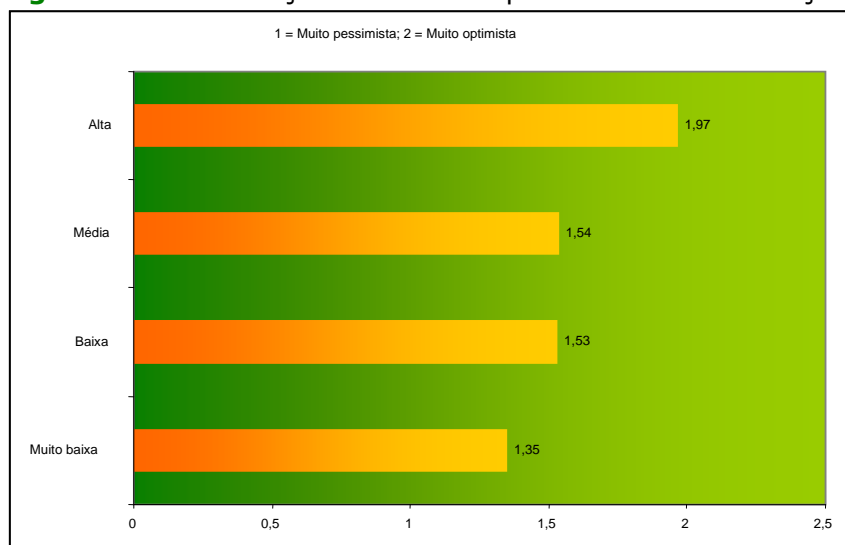
Concluiu-se que a confiança na ciência é relativamente elevada: mais de três quartos dos inquiridos situa-se num nível de confiança médio ou elevado. Curiosamente, as variações sócio-demográficas são ténues, não há distinções significativas por sexo ou idade ou mesmo por condição perante o trabalho. Nos mais escolarizados e nas profissões liberais ou científico técnicas, grupos que terão uma maior familiaridade com a ciência, estes níveis são ainda mais elevados.

A confiança na ciência repercute-se em algumas dimensões da percepção pública dos riscos. Por um lado, está em associação positiva com o optimismo face à evolução dos riscos – os inquiridos com elevados níveis de confiança na ciência têm maior probabilidade de crer que os riscos no futuro virão a diminuir -, por outro lado, está em associação, ainda que menos linear, com a preocupação demonstrada pelos inquiridos face a vários tipos de risco. Se a uma muito baixa confiança na ciência corresponde uma maior preocupação com os riscos de proximidade e com os riscos agudos (catástrofes), a níveis elevados de confiança na ciência correspondem níveis elevados de ansiedade face tanto aos riscos tradicionais como



aos riscos modernos. Tal poderá ser explicado, mais uma vez, pelas atitudes ambivalentes que os indivíduos tendem a ter em relação à ciência<sup>27</sup>.

**Figura 13** – Confiança na ciência e optimismo face à evolução dos riscos



N= 677

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003.

### 4.3 Confiança no Estado e nas empresas em matéria de risco

De acordo com a teoria da sociedade de risco, este motiva a politização do processo de produção industrial e dos seus efeitos colaterais – evitar e gerir catástrofes requer reorganização do poder e da autoridade. Face ao risco, há necessidade de uma política intervencionista do Estado, que assente na legitimidade científica e na regulação da actividade industrial.

Visto que o risco implica tomadas de decisão, a acção política é vital: a gestão do risco é da responsabilidade dos decisores politico-administrativos e consiste no processo de apreciação e ponderação das diferentes opções e na selecção da opção regulamentar mais apropriada. Os diferentes intervenientes num caso de risco (a indústria, as populações, os peritos) têm diferentes culturas de risco que conduzem

<sup>27</sup> De forma a ter uma visão mais esquemática desta situação veja-se Observa, op. cit., p. 82.

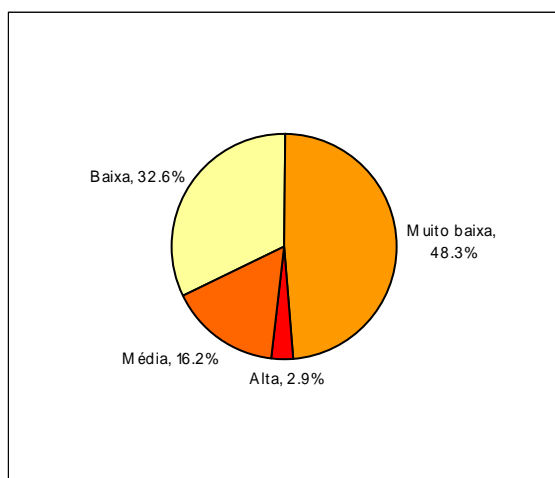


a diferentes avaliações de risco e estratégias para com ele lidar, que, por sua vez, geram conflitos e lutas de poder, que cabe ao sistema político arbitrar: a cultura de risco por parte da indústria corresponde a avaliações custo-benefício; a cultura de risco por parte das entidades político-administrativas corresponde a avaliações segundo definições hipotéticas do bem comum e soluções redistributivas; a cultura de risco por parte dos movimentos sociais corresponde à avaliação do mesmo, segundo o seu potencial catastrófico e ameaça à qualidade de vida.

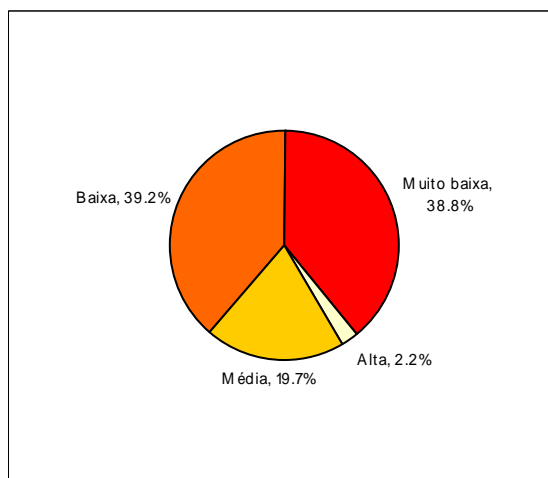
O discurso político sobre o risco recorre com frequência a estratégias para projectar sentimentos de segurança: ocultação ou recusa em aceitar os factos, anúncio da probabilidade de risco calculada pelos especialistas. Os processos político-administrativos de riscos tendem a mobilizar rotinas de negação: usam o intervalo entre o impacto latente e o conhecimento desse impacto para ocultar ou distorcer os dados, mobilizar contra-argumentos, elevar os níveis de permissividade, apontar erros humanos e não erros de sistema.

A percepção pública do risco assenta assim numa avaliação da actuação dos reguladores e dos regulados, do Estado e das empresas. Apresentem-se, então, os dados relativos ao índice de confiança no Estado e nas empresas, por parte dos inquiridos:

**Figura 14** – Índice de confiança no Estado



**Figura 15** – Índice de confiança nas empresas





PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

N= 690

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos

N= 684

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos

O dado mais saliente é sem dúvida os baixos níveis de confiança revelados tanto em relação ao Estado como às empresas, por comparação à confiança depositada na ciência. Como se viu, o Estado e as empresas são os agentes em que os indivíduos depositam menos confiança enquanto fontes de informação e as empresas são os agentes cuja participação no processo decisório é considerada menos importante.

Esta falta de confiança não é um problema exclusivamente português. Segundo o Eurobarómetro (58.0 2002, p. 26), 21% dos portugueses e apenas 12% dos europeus declaram confiança nos governos em questão ambientais e 4% dos portugueses e 1% dos europeus declaram confiança nas empresas em relação a estas questões. É nos países nórdicos que há tendencialmente uma maior confiança nos governos nacionais (p. 30). Se, de acordo com o inquérito "Os Portugueses e o Ambiente" (Observa 2000), somente 10% da população considera que o Estado actua com eficácia relativamente aos problemas de protecção ambiental; 14% acha mesmo que o Estado não se ocupa suficientemente deles (48%) e 25% acredita que o estado actua mas não é eficaz. No estudo anterior (Observa 1997), 50% dos inquiridos defendiam que o Governo deveria tomar acções proibitivas para resolver os problemas do Ambiente, 25% defendiam acções cívicas e 19% acções técnicas. Quanto à tensão entre crescimento económico e protecção do ambiente, a maioria, (62%) considera que é necessário assegurar o crescimento económico, mas respeitando a protecção do ambiente, para 14% dos inquiridos deve ser mais importante a protecção do ambiente do que o crescimento económico e apenas 3% é da opinião de que se deve dar mais importância ao crescimento económico do que à protecção do ambiente.

Resultados semelhantes foram obtidos num inquérito às Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP/ICS 2000): 58% das respostas enquadram-se na afirmação de que o crescimento económico prejudica o ambiente, mas 71% na afirmação de que para proteger o ambiente, Portugal precisa de crescimento económico. Do total das respostas, 83% partilham a afirmação de que o governo deve criar leis que

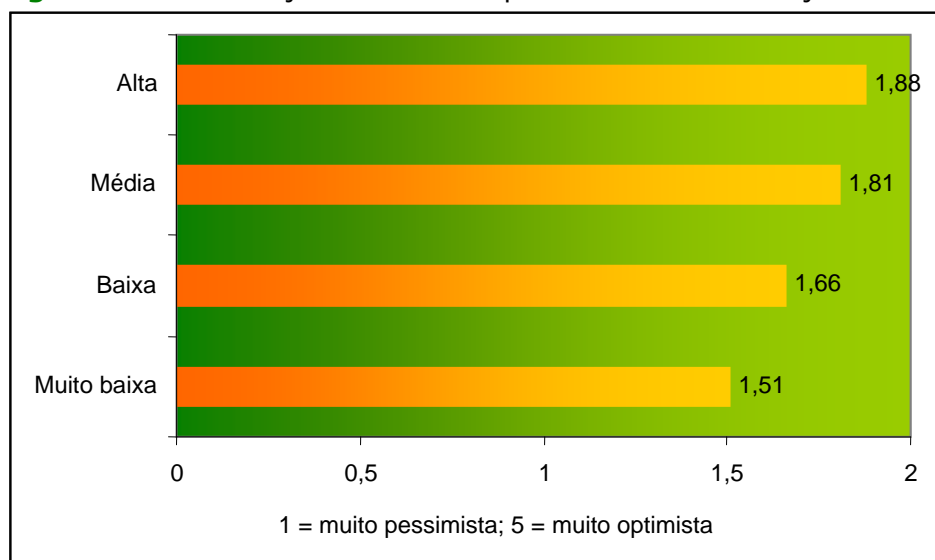


obriguem as empresas a proteger o ambiente, mesmo que isso interfira com o direito destas tomarem as suas próprias decisões e, 81% situam-se na asserção de que as empresas privadas têm de ser controladas para proteger os interesses de todos.

No que respeita ao inquérito “Os Portugueses e os Novos Riscos”, não foram encontradas variações significativa nos perfis sócio-demográficos em função dos níveis de confiança no Estado e nas empresas: a desconfiança é partilhada por todo os grupos.

É, no entanto, visível alguma influência da confiança depositada no Estado e nas empresas por parte dos inquiridos, no que respeita ao seu posicionamento face à evolução dos riscos.

**Figura 14** – Confiança no Estado e optimismo face à evolução dos riscos



N = 680

Fonte: Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

É, por fim, interessante salientar que os dados respeitantes à relação entre a confiança que os inquiridos depositam na ciência, no Estado e nas empresas, no que à preocupação com o risco de incêndios florestais diz respeito, apontam, com

alguma expressão, para uma elevada confiança no Estado (35,3%), seguida de idêntica confiança depositada nas empresas (28,6). A confiança na ciência, neste caso específico de risco, colhe a percentagem mais elevada na categoria muito baixa confiança – 26,7% dos inquiridos.

**Quadro 6** – Grau de confiança na ciência, no Estado e nas empresas e preocupação com os incêndios florestais

	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta
Ciência	26,7%	9,1%	14,9%	16,5%
Estado	13,1%	13,3%	17,6%	35,3%
Empresas	13,9%	10,5%	17,6%	28,6%

#### 4.4 Atitudes face aos meios de comunicação social e os riscos

Como vimos, os meios de comunicação social são a principal fonte da informação que os indivíduos afirmam receber sobre riscos. As próprias características dos riscos ambientais e de saúde pública (dramatismo, efeito sobre a vida quotidiana, potencial de ameaça) tornam-nos um tema de notícia privilegiado para os jornalistas. O Science Museum Media Monitor 1946-90 constatou o número crescente de artigos sobre risco nos *media*: “Globalmente, o risco tornou-se um tema dominante na imprensa”<sup>28</sup>. Em Portugal, H. Mendes<sup>29</sup> apurou que o número de notícias sobre ciência na empresa quadruplicou entre 1990 e 1997, sendo o ambiente um dos temas mais frequentes, ainda que a maioria das notícias diga respeito a eventos negativos (riscos, controvérsias, catástrofes ecológicas).

A amplificação ou minimização de um risco na opinião pública depende hoje fortemente dos *media*. A atenção mediática pode gerar efeitos que ultrapassam o grupo de pessoas efectivamente afectadas pelo risco. Os *media* fazem, desfazem,

<sup>28</sup> Jane Gregory e Steve Miller, citados por Observa, op. cit: 87.

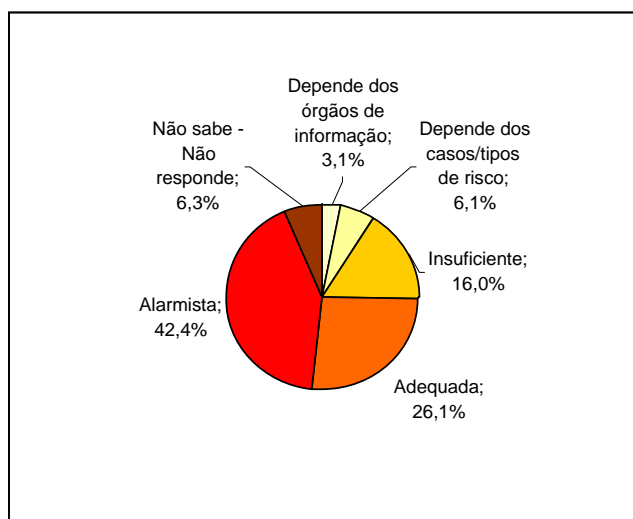
<sup>29</sup> Hugo Mendes, referenciado por Observa idem.

seleccionam e reconstróem as situações de catástrofe, operam uma triagem entre o banal e o espectacular, ocultando alguns riscos e amplificando outros. Consequentemente, a percepção do risco tende a ser mais acentuada em eventos dramáticos que recebem mais atenção dos *media* (saliência).

Na opinião de muitos peritos, os *media* são responsáveis pela promoção de 'crenças irracionais' no público que pressionam os poderes a tomar medidas reguladoras excessivas e com efeitos contraproducentes – a atenção dedicada aos riscos 'mediatizados' diminui a atenção prestada aos riscos 'reais': "os *mass media* são acusados de estimular, de forma irresponsável, os receios irracionais de um público ignorante"<sup>30</sup>.

Atendendo a estes factos, incluiu-se no questionário uma pergunta relativa à forma como os meios de comunicação social abordam a temática do risco.

**Figura 15** – Opinião sobre a forma como os *media* apresentam o risco



N= 702

Fonte, Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

O público parece partilhar os receios dos cientistas quanto à exactidão das notícias sobre risco: 42% dos inquiridos classificam a abordagem mediática como alarmista.

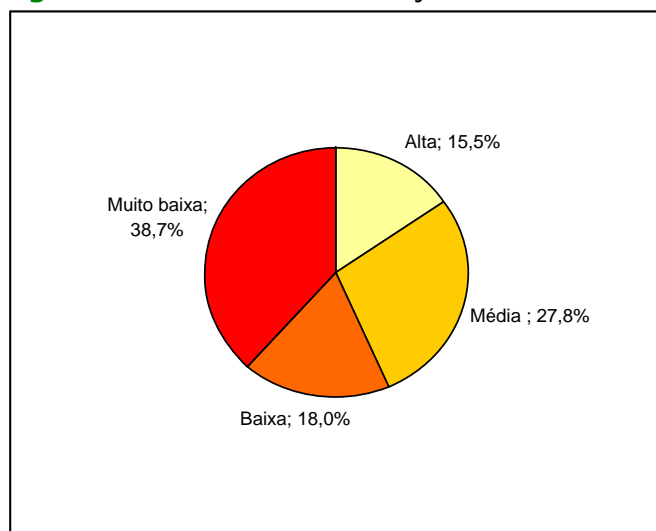
<sup>30</sup> Idem.



No entanto, 26% consideram-na adequada e 16% mesmo insuficiente. A percepção que diferentes *media* têm diferentes discursos sobre o risco apenas é partilhada por 3% dos inquiridos.

À semelhança do que fora efectuado para a confiança na ciência, no Estado e nas empresas, foi construído um índice de confiança nos *media*.

**Figura 16** – Índice de confiança nos *media*



N= 690

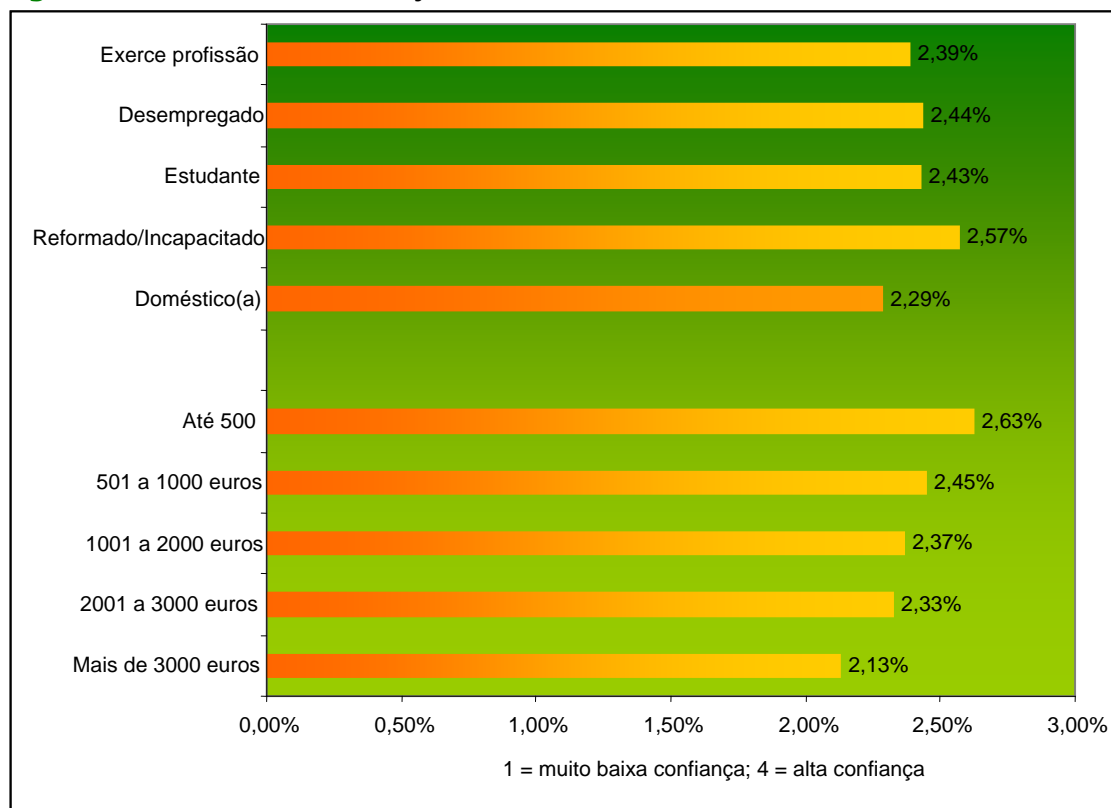
Fonte: Observa, Inquérito, os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

Constata-se que, tal como ocorrera relativamente ao Estado e às empresas, também os meios de comunicação social não granjeiam a confiança da maioria dos inquiridos (se bem que os níveis de confiança sejam superiores aos demonstrados face aos outros dois agentes).





**Figura 17** – Índice de confiança nos *media*



N= 690

Observa, Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, 2003

A confiança nos *media* apenas é mais acentuada no caso dos reformados e dos estratos de menores rendimentos, grupos mais vulneráveis e com menor capacidade de escolha de fontes de informação. Não foram detectadas outras variações significativas no que respeita a outras dimensões de caracterização sociográfica.

Considerando a percepção dos riscos em função da confiança nos meios de comunicação social, é possível apurar que a uma maior confiança corresponde um maior receio face aos riscos em geral e aos riscos agudos (catástrofes) em particular – os que receberam maior destaque.



## 5. CONCLUSÕES

Conforme o exposto e tendo em vista os objectivos de análise propostos, destacam-se como conclusões principais, as seguintes:

- Os riscos ambientais assumem um papel de relevo na percepção contemporânea do risco;
- Os tipos de risco mais temidos são os riscos modernos, crónicos, globais;
- A preocupação com o risco é mais acentuada nos grupos sociais mais vulneráveis;
- Existe uma passividade generalizada face ao risco: poucos procuram informação, sendo a televisão a principal fonte;
- São baixas as taxas de participação em acções de protesto, mas há vontade que sejam proporcionadas oportunidades de participação à população;
- Verifica-se a existência de uma ambivalência face à ciência: a elevada confiança nos peritos é acompanhada de receios quanto às consequências do desenvolvimento científico;
- É clara a fraca confiança no Estado e nas empresas e nítida a percepção do conluio entre interesses económicos e interesses políticos, em desfavor das populações;
- A relação com os *media* é ao mesmo tempo de dependência e de desconfiança – a população depende dos *media* para obter informação, mas tem reservas quanto à exactidão dessa informação.

Os contributos a reter do ponto de vista do enunciado de recomendações, por seu turno, poderão ser sumariados:

- O conhecimento das percepções públicas sobre o risco permite antecipar comportamentos de protesto, promover campanhas de informação e debate dos problemas;



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

- A vontade de participar expressa pela população permite reconhecer a necessidade de abrir mais oportunidades ao seu envolvimento no processo de gestão do risco;
- A desconfiança no Estado e nas empresas pode ser combatida através de uma gestão do risco mais transparente, mais dialogada, mais atenta às preocupações e necessidades das populações; e
- A aceitabilidade social de um dado risco dependerá dos benefícios sociais e económicos percebidos pelas populações – o que sugere a necessidade de contemplar contrapartidas às populações afectadas.



PLANO NACIONAL

## Defesa da Floresta Contra Incêndios

### 6. BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. F. (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, J. F. (Coord.) (1997), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

Beck, Ulrich (1998), "Politics of Risk Society" in Franklin, Jane (ed), *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press, pp. 13, 14.

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2004), *Pareceres e Reflexões – 2001/2003: Relatório de Actividades 1998-2002*, Edição da Assembleia da República.

Eurobarometer 58.0 – *the attitudes of Europeans towards the environment*, 2002.

ICS, Estudo Europeu dos Valores (1999), J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (org.) (2003), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (Estudo Europeu dos Valores, 1999), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Lampin, C., Molina, D., Martin P., e Caballero, D. (2002), *The Interest of Sócio-Economical Sciences in Wildland Fires: a State of the Art*, EUFIRELAB: Euro-Mediterranean Wildland Fire Laboratory a "wall-less" Laboratory for Wildland Fire Sciences and Technologies in the Euro-Mediterranean Region.

Lourenço, N (coord.) (2002), *As dimensões motivacionais e estruturais dos incêndios florestais*, Informação Técnica Ecologia Social 33 – Laboratório de Engenharia Civil.

Observa (2004), *Novos Riscos, Tecnologia e Ambiente, Relatório do Inquérito "Os Portugueses e os Novos Riscos"*.

Schmidt, L. (2003), *Ambiente no Ecrã: emissões e demissões no serviço público televisivo*, Imprensa de Ciências Sociais – ICS.